

CPI investigará trabalho escravo em Rondônia

A CPI do Tráfico de Pessoas, que deveria encerrar os trabalhos em agosto, foi prorrogada por mais 60 dias e deverá funcionar até o dia 10 de outubro

RENATO ARAÚJO ABR

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara do Tráfico de Pessoas vai investigar denúncias de trabalho escravo nas obras da usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. Audiência pública marcada para 21 de agosto, às 10 horas, vai ouvir representantes do governo do Estado, das empresas e da sociedade.

A comissão aprovou, ontem, a convocação do jovem Raimundo Braga de Souza, de 22 anos, que afirma ter sido vítima de prisão e tortura quando trabalhava na obra da hidrelétrica.

Para o deputado Luiz Couto (PT-PB), é preciso investigar se houve tráfico de pessoas de outros Estados para Rondônia. "Há uma denúncia de que um desses trabalhadores foi vítima de tortura, nós queremos saber se isso veio a acontecer. Ele vem aqui como convocado para que ele possa afirmar e, é claro, sob juramento, dizer a verdade." O deputado Moreira Mendes (PSD-RO) disse que a audiência será uma excelente oportunidade para desmascarar o que classificou de farsa. "Conheço aquela usina do primeiro movimento, da primeira máquina, até hoje. Não vejo nenhuma diferença. Sei como foram recrutados", disse.



Para o deputado Luiz Couto (PT-PR) é preciso investigar se houve tráfico de outros Estados

Empresas serão convidadas

Também estão convidados para a audiência, entre outros, o diretor de Energia do Grupo Camargo Corrêa, Luiz Carlos Martins; o diretor-presidente do Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Victor Paranhos; o advogado Ermógenes Jacinto de Souza; Cleonilde Nunes Serrão, mãe do trabalha-

dor Mailson Serrão, que foi enviado para Rondônia; o arcebispo de Porto Velho (RO), Dom Esmeraldo Barreto; o secretário de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, Marcelo Nascimento Bessa; e o juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho (RO), Valdecir Castelar Citon.

A CPI do Tráfico de Pessoas, que deveria encerrar os trabalhos em agosto, foi prorrogada por mais 60 dias. Deverá funcionar até 10 de outubro. A intenção dos deputados é aproveitar os períodos de esforço concentrado para promover reuniões de audiência pública e votar novos requerimentos.